

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para contingências: A Companhia tem processos judiciais, de natureza trabalhista, cível, fiscal e tributária decorrente do curso normal de suas atividades. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e outras evidências, constituiu provisão para aqueles processos, cujo desfecho é estimado como desfavorável à Companhia e cujo montante possa ser estimado com razoável segurança. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos Judiciais		Provisões para contingências	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Trabalhistas e previdenciárias	1.938	3.770	8.891	12.565
Cíveis	564	422	1.178	457
Ambientais	-	-	7.434	7.456
Tributária	170	170	4.971	4.972
	<u>2.673</u>	<u>4.362</u>	<u>22.474</u>	<u>25.450</u>

A movimentação da provisão para demandas judiciais com risco de perda "provável", em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024, está assim representada:

	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Contingências ambientais e tributárias	Total
	31/03/2025	31/03/2024	
Saldo em 31 de março de 2023	16.082	457	16.539
Adições	1.981	-	1.981
Reversões	(5.498)	-	(5.498)
Saldo em 31 de março de 2024	12.565	457	13.022
Adições	1.081	1.080	2.161
Reversões	(4.755)	(359)	(5.114)
Saldo em 31 de março de 2025	<u>8.891</u>	<u>1.178</u>	<u>10.069</u>

A natureza das provisões pode ser resumida como segue: • **Contingências trabalhistas e previdenciárias:** consistem principalmente em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões; • **Ações cíveis:** as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados relativas a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos; • **Ambientais:** estão relacionadas com autos de infrações ambientais que estão sendo discutidos judicialmente; • **Fiscais:** relacionadas a autos de infrações associados à falta de destaque de créditos tributários sobre transferências entre unidades. As contingências classificadas com probabilidade de perda como possível estimadas pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia são de R\$ 6.430 em 31 de março de 2025 (R\$ 206 em 31 de março de 2024), correspondendo a processos trabalhistas, Julgamento STF - "Quebra" de decisões judiciais definitivas; Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, correspondentes aos Recursos Extraordinários nº 949.297 e

955.227, respectivamente, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações tributárias de trato continuado, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente obtida favoravelmente ao contribuinte. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras. **21. Patrimônio líquido:** Capital social: Em 31 de março de 2025 e 2024, o capital social é de R\$ 251.035.501 e está dividido em 25.103.550,117 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Reservas:** Reserva legal: Constituída com a destinação de lucro líquido no montante de 5%, limitada a 20% do capital social e tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar capital. Em 31 de março de 2025 a Companhia constitui reserva de R\$ 5.126. Em 31 de março de 2024, o valor da reserva legal constituída foi de R\$ 2.696. **Reserva de lucros:** Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados a realizar e tem a finalidade de capitalização da Companhia para futuras destinações. Em atendimento ao artigo 199 da Lei 6.404/76, os saldos das reservas que excedem o capital social em 31 de março de 2025 estão à disposição dos acionistas da Companhia para deliberação na próxima assembleia geral ordinária. **Distribuição de dividendos:** Conforme estatuto social a Companhia é obrigada a distribuir dividendos mínimos obrigatórios de 0,001% do lucro apurado em cada exercício. Conforme deliberado nas Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas no decorrer do exercício, foram aprovadas distribuições de dividendos às quais totalizam o montante de R\$ 20.000, sendo referentes ao total dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, referente ao exercício findo em 31 de março de 2025, (R\$ 10.000 no exercício findo em 31 de março de 2024).

	31/03/2025	31/03/2024
22. Receita operacional líquida:		
Mercado interno	697.228	666.967
Mercado externo	46.001	56.981
Tributos sobre vendas	(89.446)	(84.794)
Receita operacional líquida	<u>653.783</u>	<u>639.154</u>

	31/03/2025	31/03/2024
23. Abertura dos custos e despesas por natureza:		
Depreciação	34.342	31.524
Amortização planta portadora	89.647	80.447
Amortização gastos de infraestrutura	29.714	45.982
Colheita de cana de açúcar	94.775	112.904
Amortização de direito de uso	96.663	95.045
Mão de obra, encargos, benefícios	40.972	39.388
Adubos, fertilizantes, defensivos, insumos	7.332	7.619
Peças/serviços de manutenção	39.998	37.667
Cana-de-açúcar de terceiros	36.714	29.259
Combustíveis, lubrificantes, pneumáticos	13.253	15.054
Serviços de terceiros	11.448	10.248

"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda

	31/03/2025	31/03/2024
Cooperativas	21.687	20.525
Gastos com transportes de terceiros	42.418	40.739
Impostos, taxas e contribuições	700	682
Liquidação de energia elétrica - mercado	(3.687)	(2.413)
Energia elétrica adquirida na rede (lastro)	2.806	20.883
Variação valor justo do ativo biológico	(3.563)	(20.332)
CBIOS	21.638	17.533
Outros custos e despesas	643	12.161
	<u>577.500</u>	<u>594.925</u>

	31/03/2025	31/03/2024
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	531.968	552.882
Despesas gerais e administrativas	24.988	23.040
Despesas com vendas	20.544	19.003
	<u>577.500</u>	<u>594.925</u>

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	31/03/2025	31/03/2024
Reversão (provisão) para demandas judiciais	(2.976)	(3.517)
Reversão (provisão) para perdas de estoques	310	(106)
Provisão para perdas com adiantamento a fornecedores	(4.352)	(3.114)
Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(73)	(103)
Resultado na baixa de imobilizado	(95)	(1.453)
Despesas legais	12.755	13.529
Dividendos recebidos	(6.502)	(14.475)
Escrituração de CBIOS	(17.780)	(35.006)
Perda de dívida partes relacionadas (i)	(5.422)	-
Outras receitas líquidas	167	(526)
	<u>(23.966)</u>	<u>(44.770)</u>

(i) Perda de dívida em contratos de partes relacionadas junto ao Controlador, conforme apresentado na NE 19 - Partes Relacionadas.

25. Resultado financeiro líquido:

	31/03/2025	31/03/2024
Despesa financeira		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(22.181)	(14.984)
Variação cambial passiva sobre financiamentos	-	(10.994)
Juros sobre partes relacionadas	(9.259)	(11.378)
Variação cambial passiva s/partes relacionadas	(11.244)	(5.388)
Outras despesas financeiras	(7.629)	(14.837)
	<u>(50.313)</u>	<u>(57.582)</u>
Receita financeira		
Rendimento aplicações financeiras	5.161	5.129
Variação cambial ativa sobre financiamentos	-	8.699
Variação cambial ativa sobre partes relacionadas	2.030	8.098
Descontos obtidos, juros recebidos e outras	1.217	573
Perda de dívida partes relacionadas (i)	52.505	-
	<u>60.913</u>	<u>22.499</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>10.600</u>	<u>(35.083)</u>

(i) Perda de dívida em contratos de partes relacionadas junto ao Controlador,

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

conforme apresentado na NE 19 - Partes Relacionadas. **26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado (preço e taxa de juros); • Risco operacional; e • Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Companhia dispõe de uma política de gestão de riscos que define as metodologias e instrumentos a serem aplicados para o permanente controle dos riscos aos quais ela está exposta. Tal política visa a criar mecanismo que permita a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, através da utilização de proteção para ativos e passivos. Os procedimentos e instrumentos utilizados para tal são avaliados pela administração e posteriormente propostos para aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia não possui operações de hedge (instrumentos financeiros derivativos) em aberto. **Instrumentos de gestão de riscos:** a) **Risco de crédito:** A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio de etanol hidratado e etanol anidro é centrada no relacionamento formalizado com a Cooperuscar S.A. e suas controladas e com a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo Ltda. Para os demais negócios, subprodutos como bagaço de cana-de-açúcar e energia elétrica, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. b) **Risco de liquidez:** A Companhia opera com um nível de um grau de liquidez considerado adequado às suas operações e utiliza diversas fontes de recursos para o financiamento de suas atividades. Para suprir possíveis deficiências de liquidez ou descasamentos entre as disponibilidades com montantes vencidos no curto prazo, a Companhia conta com bons relacionamentos junto aos bancos comerciais atuantes no país, assim como com a possibilidade de obtenção de recurso junto ao seu controlador, UBE GRUPPEN AS. c) **Risco de mercado - taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. d) **Risco de mercado - preço:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia, principalmente do etanol anidro e hidratado. A Administração avalia constantemente o mercado desses produtos e expectativas de preços, gerenciando o processo produtivo para os produtos com taxas de retornos esperadas mais atrativas. e) **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito,

mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. f) **Risco de estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	2025	2024
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	160.861	162.443
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(40.798)	(52.115)
Dívida líquida	<u>120.063</u>	<u>110.328</u>

Classificação dos instrumentos financeiros por natureza: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir:

	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Ativos classificados pelo valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	5	40.798	52.115
Ativos classificados pelo custo amortizado			
Contas a receber de clientes	6	8.796	5.337
Contas a receber - cooperativa	7	31.931	29.512
Adiantamento a fornecedores	6	5.424	3.006
Outros ativos	11	3.539	1.522
		<u>90.488</u>	<u>91.491</u>

	31/03/2025	31/03/2024
Passivos classificados pelo custo amortizado		
Fornecedores	15	55.549
Empréstimos e financiamentos	16	160.861
Arrendamentos e parcerias agrícolas	13	517.243
Partes relacionadas	19	80.771
Outros passivos		5.847
		<u>820.271</u>

27. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

DIRETORIA	
Gustavo Di Serio Dias - CEO	
Moacir Ventura Filho - Gerente Administrativo e Financeiro	
CONTADORA	
Carla Caroline Fernandes Clivatti - CRC SP 323.269/O-8	

Aos administradores e acionistas da **Umo Bioenergy S.A.**
Sandovalina - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Umo Bioenergy S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Umo Bioenergy S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada

em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Campinas, 30 de maio de 2025.

EY ERNST & YOUNG Auditor Independente S/S Ltda. CRC SP-027623/F	Cristiane Cléria S. Hilário Contadora CRC SP-243766/O
---	--

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>